

 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.37-3>

Dizer-ato Como Materialidade da Linguagem nas Dimensões Social e Política

Flávia Tridapalli Buechler

Mestrado em Psicanálise, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pesquisadora, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

flaviatbuechler@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-3327-066X>

Gabriel Inticher Binkowski

Doutorado em Psicologia, Université Sorbonne Paris Nord

Docente, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

binkowski@usp.br <https://orcid.org/0000-0003-4908-9221>

Paulo Eduardo Viana Vidal

Doutorado em Psicanálise, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Docente, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

paulovidal@id.uff.br <https://orcid.org/0000-0001-7897-6933>

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo pôr em evidência o que se pode extrair de consequências simbólico-políticas do relatório lacaniano *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, redigido em 1953. A partir da proposta de uma articulação lógico-matemática entre o social e a política, lança-se luz à fala enquanto um dizer-ato capaz de furar tramas simbólicas hegemonicamente estruturadas, de modo a produzir espaços, provocar movimentos e criar articulações que possibilitem a transformação dos laços sociais. A categoria amefricanidade construída por Lélia Gonzalez (1988) materializa-se como um exemplo desse dizer-ato. Por fim, lançam-se questões para pensar a psicanálise no Brasil de modo a implicar os psicanalistas do Brasil na conceitualização das clínicas que os diferentes territórios do país exigem.

Palavras-chave: Psicanálise; Política; Linguagem; Nomeação; Ato.

Abstract

This work's main objective is to highlight what can be extracted from the symbolic-political consequences of the lacanian report *The function and field of speech and language in psychoanalysis*, written in 1953. Based on the proposal of a logical-mathematical articulation between the social and politics, light is shed on speech as a saying-act capable of piercing hegemonically structured symbolic plots, in order to produce spaces, provoke movements and create articulations that enable the transformation of social ties. The category of amefricanity constructed by Lélia Gonzalez (1988) materializes as an example of this saying-act. Finally, questions are raised to think about psychoanalysis in Brazil, in order to involve brazilian psychoanalysts in the conceptualization of the clinics that the different territories of the country require.

Keywords: Psychoanalysis; Politics; Language; Appointment; Act.

Introdução

Compreendemos que o relatório *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, redigido em 1953, apresenta um posicionamento político do autor ante um cenário de ortodoxa formação dos psicanalistas na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) e a apropriação esvaziada da teoria psicanalítica pelos defensores da psicologia do ego. A formulação de um retorno a Freud proposta por Lacan visava tanto a retomada da fidelidade ao sentido dos conceitos freudianos quanto o encaminhamento de uma ciência do sujeito proposta pela psicanálise por meio do estruturalismo (Sales, 2004). A fim de atender a esses objetivos, o caminho metodológico percorrido por Lacan apresenta quatro pontos basais que sustentam a tese de que o objeto da psicanálise – o inconsciente e seus efeitos – guarda semelhanças com o objeto da linguística – o signo, seus elementos e o que eles encadeiam:

1) a linguagem é o elemento da experiência psicanalítica; 2) a linguagem é o material constituinte do homem; 3) o inconsciente é a própria estrutura da linguagem, o texto desconhecido que determina a subjetividade para além da consciência, isto é, o inconsciente é o “discurso do outro”; 4) a psicanálise, ao estabelecer seu parentesco com o paradigma científico inaugurado pela linguística estrutural, vê assegurado para si um lugar legítimo no rigor da ciência moderna. (Sales, 2004, p. 50).

Nesse sentido, a ofensiva lacaniana contra a entronização do ego no legado que Freud deixou para o mundo apresenta seu caráter político precisamente pelo reconhecimento do poder jamais esgotado da linguagem humana (Lacan, 1953/1998). Linguagem-significante, regida por uma lógica formal proposta por Lacan, e que resiste às estratégias de poder e dominação que visam a cristalizar o dinamismo da cadeia

significante, isto é, do simbólico, um dos registros que estrutura a condição contingente e incurável imposta pela existência falante, sexuada e mortal (Alemán, 2010).

Para a discussão que desejamos fomentar nos interessa pôr em evidência o segundo ponto citado, no qual Lacan sinaliza que a linguagem é o material constituinte do homem, ao qual acrescentamos: das suas relações e realidade. Assim, em que pesem todas as considerações do relatório lacaniano para pensar a clínica na particularidade de cada um, a discussão que ora propomos vai em direção às articulações possíveis deste texto com a coletividade humana. Esta que é pensada tanto a partir de sua dimensão social designada como discurso (Lacan, 1973/1985) quanto de sua dimensão política, designada desde os filósofos gregos como *pólis* – vida entre vários – e *pólemos* – conflito entre os diferentes e antagonistas.

O contexto histórico e estrutural de desigualdade e opressão da diferença em nosso país, determinado por uma economia colonial de saber, poder e gozo, somado aos discursos de ódio, indiferença e ataque à alteridade, são os fenômenos sociais e políticos que nos motivam a denunciar, no presente trabalho, os perigos aos quais incorremos ao não aceitarmos fazer a análise política de um processo histórico, contribuindo, assim, para a cronificação de estruturas de poder e o fortalecimento de gramáticas coloniais. Nesse sentido, afirmamos que o registro simbólico junto com o imaginário consiste em um campo político, no qual há conflitos e disputas entre as nomeações que os sujeitos de uma época escolhem pôr ou não em circulação nos discursos que estruturam o campo social.

Considerando que no curso da história a subjetividade foi compreendida como o lugar de implantação da dominação, “[...] cuja forma extrema é a racionalidade pensante que nos cerca desde dentro e de fora” (Rozitchner, 1989, p. 30), defendemos que o apelo à neutralidade no campo das ciências humanas resulta na renúncia às denúncias de violência e possibilidades emancipatórias que um discurso é capaz de articular. Em vista disso, ressaltamos que os discursos de neutralidade se revelam como discursos de vaidade (Lacan, 1968/2008), e estão comprometidos com a perpetuação de estratégias de silenciamento e adaptação dos sujeitos à ordem vigente.

Na contramão de como se configura o discurso científico de nossa época, nossa aposta é: se compreendermos que às ciências humanas cabe o estudo, descrição e compreensão de “[...] um problema eminentemente filosófico, que mostra a relação do homem com a verdade e com a história” (Rozitchner, 1989, p. 26-27), nos afastamos,

enquanto campo teórico e prático dos imperativos de universalização e homogeneização que objetivam o sujeito na ciência moderna.

Assim, apesar da virulenta racionalidade positivista que no campo da saúde mental está determinada a reduzir a complexidade humana à dinâmica cerebral, análise e controle do comportamento, este trabalho em psicanálise aposta no ato de resistência do sujeito ante as investidas reducionistas e de dominação. Ou seja, se o sujeito é “[...] o lugar onde se verifica e se debate o sentido da história” (Rozitchner, 1989, p. 19), ele também é a força motriz que trata de desestabilizar e romper estruturas discursivas de violência e opressão, seja no um a um da enfermidade, seja no coletivo das lutas por emancipação.

Como sugeriu Gilles Deleuze no ensaio *Quatro Proposições à respeito da psicanálise* (1979), a psicanálise funciona ao ar livre, diferente das práticas ligadas ao dispositivo e à mentalidade asilar; por isso ela carrega em si um *risco político* em relação à miríade de formações e produções do inconsciente, vendo-se incumbida de reduzi-las a uma coisa ou direção apenas, caso compactue com certa dinâmica política totalitária ou neoliberal, ou, ainda, a psicanálise pode respeitar a valência de certa linhas de fuga e optar pelo revolucionário e a novidade das formações desejanças. Isso implica, corajosamente, tomar o trabalho clínico, cultural, institucional e político sem reificar oposições como privado x público, singular x universal, individual x social, o que Doris Rinaldi (2005) coloca como uma direção para o tratamento psicanalítico em saúde mental, localizando a política no laço social e o aparelhamento pelas questões de poder e gozo nos discursos, inclusive, no próprio discurso analítico.

A praxis psicanalítica é o testemunho em nível particular e público de que o sujeito e a linguagem resistem a se fazer aparelhar. Desse modo, a psicanálise refunda no seio da ciência moderna a afirmação de que toda ciência humana é política, pois deve se encontrar sempre em situação de enfrentamento contra os significantes que fazem semblante de grande Outro e que incansavelmente tentam nos capturar como objeto de gozo. É com essa tensão que as ciências humanas trabalham o tempo todo, e os que insistem em rechaçar o caráter político de todas as decisões tomadas nesse campo são aqueles que, de alguma maneira, se beneficiam em fomentar a individualização dos fenômenos psicopatológicos e sociopolíticos, mascarando a potência do sujeito quando se põe a falar e a se articular como coletivo.

A coletividade, enquanto unidade mínima da política, é o recurso que a humanidade dispõe para apostar no que Agamben (1990/2018) nomeou como *experimentum linguae*, isto é, a experiência do pensamento puro, a experiência de uma potência, da abertura de uma possibilidade, “[...] do puro fato *de que se fale*, de que *haja linguagem*” (p. 7, itálico do autor). Experiência que não tem a ver com metalinguagem e não se resume a uma experiência de ser falante sob a forma de um Estado ou de uma Nação (Agamben, 1990/2018).

Em vista disso, o sujeito em *experimentum linguae* é capaz de ensejar experiências emancipatórias, fundar novos significantes e abrir caminhos para a oferta de lugares discursivos dentro de uma conjuntura social e política deveras alienante dos processos de subjetivação.

Assim, a fim de que a “posse da linguagem” (Agamben, 1990/2018) para a produção da fala não nos seja expropriada, nem esteja predeterminada por estruturas históricas de violência e opressão, como também subsumida ao deserto simbólico capitaneado pelo discurso da ciência positivista, lançamo-nos à pergunta: quais consequências simbólico-imaginário-políticas são possíveis de se articular a partir do que foi exposto no relatório lacaniano de 1953, e que efeitos elas podem produzir no campo social?

Com essa hipótese acerca das consequências simbólico-imaginário-políticas desse relatório para o campo social, objetivamos pôr em causa, evocar, uma outra figura do saber (Lacan, 1970/1992). Posto que nos importa, primordialmente, sustentar que enquanto sujeitos em coletividade, a depender do uso e da relação que estabelecemos com a linguagem e a fala, as possibilidades para a produção de experiências emancipatórias podem surgir ou não.

Por fim, é por meio do ensino de Lacan que este trabalho se ocupa de mostrar a potente função evocativa da linguagem, e a “posse” dela para fazer nascer a fala, ressaltando, precisamente, o que a fala enquanto dizer-ato coletivo é capaz de estruturar no campo social.

Linguagem-Significante: Nomeação e Consequência Política

Em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953) podemos compreender que o ato de nomear é um dizer-ato que corporifica alguma coisa ausente, posto que a linguagem humana tem uma materialidade que, apesar de sutil, faz corpo, e

por isso não pode ser considerada imaterial (Lacan, 1953/1998). Tal como podemos observar no texto do relatório, Lacan refere que a linguagem, enquanto objeto simbólico, consiste na materialidade sobre a qual a experiência do sujeito se constitui. Essa afirmação endossa a descoberta freudiana acerca das incidências do inconsciente no mundo humano, à medida que este, por se estruturar como uma linguagem, põe em evidência o impacto do objeto simbólico na constituição do sujeito e do laço social.

Esse impacto se refere à função de intimação da fala, pois dar nome equivale a fazer existir, já que “[...] é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (Lacan, 1953/1998, p. 277). É por meio dessa operação languageira e a partir da materialidade do objeto simbólico que a nomeação corporifica, torna visível uma presença feita de ausência ou um fato encoberto de esquecimento.

Nessa lógica, ao nomear, é possível aos sujeitos fundar um lugar no laço social para os problemas de uma época, fazendo-os aparecer no discurso e ante o olhar dos sujeitos desse laço, o que não é sem efeitos para a mobilização de contranarrativas capazes de empreender ações políticas contra a perpetuação de estruturas de violência, ou seja, extrair consequências simbólico-políticas para a existência humana.

Em vista disso, a partir da linguagem humana e sua articulação como discurso, como aquilo que faz laço social e produz vínculos, os sujeitos podem inventar novas formas de “saber fazer com” o que até o momento da nomeação se caracterizava como “inexistente” ou natural, e assim podem transformar, promovendo descontinuidades em processos históricos demasiadamente cristalizados (Alemán, 2010).

A título de exemplo, a nomeação da categoria gênero demonstra o que se pode extrair de impacto simbólico-imaginário-político da operação languageira, categoria que permitiu uma abertura para pensar a sexualidade fora do registro biológico (Segato, 2016), dizer-ato que afirma a condição indeterminada do corpo humano e que possibilita a invenção de contranarrativas de resistência frente à ideologia patriarcal que ousa se estabelecer como único fundamento possível para a organização social.

Contudo, também se faz necessário destacar o que há de paradoxal no campo da linguagem humana, ao passo que é por meio dela que produzimos discursos que possibilitam abertura, movimento, liberdade e coletividade, bem como discursos de fechamento, paralisia, servidão e individualismo. Esta ambiguidade é possível porque a linguagem humana se articula por meio de cadeias significantes que se definem pelos valores que os seus signos adquirem por sua relação uns com os outros, e não pelo

código ou sistema de sinalização que aparece na linguagem de outras espécies do reino animal (Lacan, 1953/1998).

Em outras espécies, a comunicação possui uma “[...] correlação fixa entre seus signos e a realidade que eles expressam” (Lacan, 1953/1998, p. 298), o que é possível apenas através da predominância dos instintos na vida destes animais. Por exemplo, uma abelha jamais terá dúvidas do que outra abelha lhe comunicou, tampouco entrará em angústia por supor não ter compreendido a mensagem corretamente. Já na espécie humana, o atravessamento das marcas da linguagem-significante constitui um corpo que é antes pulsional que instintivo. Com isso, observamos uma ordem simbólica complexa que não se reduz à mera comunicação de comandos, ideias ou sentimentos, e, ainda, testemunhamos o advento do sujeito do inconsciente, radicalmente singular em meio aos seus semelhantes.

Tal problemática ganha relevo na atualidade particularmente nas searas dos debates sobre gênero, poder, psicanálise e as experiências transidentitárias. Eduardo Leal Cunha (2021) traça uma genealogia das transformações, idas e vindas da relação entre a psicanálise, seus conceitos e seus praticantes em relação às dissidências de gênero, pautando, sobretudo, o incômodo sentido por muitos psicanalistas com o tom combativo e mesmo agressivo de certa militância, cujo discurso aponta para uma forte invariabilidade histórica de patologização de experiências dissidentes de gênero. Ou seja, a própria patologização é uma forma de rebaixar a valência simbólica de um discurso ao imputar-lhe uma espécie de caução desde o seu ponto de partida: ele não é legítimo, pouco importando a legitimidade de sua enunciação. Isso, assim, invalida a própria experiência singular do sujeito da enunciação e nos coloca, psicanalistas, diante desses impasses de nossa relação com a linguagem naquilo que exercemos ao enunciar, mas também nas tramas de gozo e poder que galgamos ao assentir com a enunciação de outrem. Ora, há dessemelhanças em como diferentes tratam a linguagem e em como nela podem experimentar desejo e inconsciente.

Esse caráter paradoxal da linguagem humana a qualifica como claudicante, pois o sujeito tropeça no que diz ao querer dizer outra coisa, colocando em cena outra figura do saber que está para além da consciência: “O sujeito vai muito além do que o indivíduo experimenta ‘subjetivamente’: vai exatamente tão longe quanto a verdade que ele pode atingir” (Lacan, 1953/1998, p. 266).

O sujeito do inconsciente, sujeito da linguagem-significante, não é capaz de se constituir como totalidade, já que para a nossa espécie o código instintivo não assegura uma comunicação exata, tampouco uma vida sem mal-estar (Freud, 1930/2010). A função da linguagem-significante está mais além da informação porque seu efeito é constitutivo. Com isso, temos que o seu objetivo “[...] não é informar, mas evocar” (Lacan, 1953/1998, p. 301) o sujeito e os discursos estruturantes do social.

Observado o efeito existencial da linguagem humana, faz-se indispensável que qualquer problematização de fenômenos sociais leve em consideração o que ela apresenta de paradoxal, evitando assim a potencialização de discursos que aludem empreitadas ideológicas. Discursos que historicamente se colocam a serviço daqueles que vão deter o monopólio do poder econômico e político, governar conforme os seus caprichos, e dificultar rupturas nas lógicas binárias, como, por exemplo, entre oprimido e opressor. Para tanto, há que se considerar o valor de uso da linguagem humana, ou seja, a linguagem enquanto formação discursiva que tece realidades e se sustenta sobre discursos e fantasias imaginárias, tal como são a realidade psíquica e a realidade política (Acosta, 2017).

Assim, se o ato de nomear incorre em consequências simbólico-políticas de materialização de existências, é sobre o valor de uso que tem a nossa linguagem que nós intervimos. Considerando-a como qualquer outra fabricação do mundo humano, devemos intervir onde ela se caracteriza como instrumental, isto é, como uma realidade discursiva que está sempre conformada a determinados propósitos políticos (Orwell, 2021). De acordo com o autor, trata-se de um uso enraizado em um “desejo de impelir o mundo em certa direção, de alterar a concepção dos outros quanto ao tipo de sociedade que deveriam almejar” (Orwell, 2021, p. 13). Em outras palavras, nossa condição falante, sexuada e mortal nos impossibilita qualquer enunciação neutra.

Ante o exposto observa-se que a linguagem é capaz de tecer e rasgar o tecido da realidade humana, produzindo a um só tempo desamparo e pertencimento. Mas o reconhecimento dessa qualidade não é natural e passa pela potente distinção psicanalítica entre o Real e a realidade humana, distinção que considera a não totalidade da linguagem-significante, produtora da falta-a-ser (Lacan, 1970/1992) e do fundamento ausente (Alemán, 2010), a partir do qual é sempre possível viver, sofrer e (re)inventar os enlaces e as realidades do mundo humano.

Nestes termos, não pode cair no esquecimento o fato de que a realidade humana tem caráter contingencial, ou seja, é uma realidade incompleta e temporal. O que há no ponto de partida não assegura nenhuma linearidade e determinação durante o percurso, sendo por isso passível de mudança através dos incidentes vividos, do acaso e da criação do novo que intervêm no processo histórico, seja ele particular ou coletivo (Voltolini, 2019). Assim, nenhuma realidade, por mais consistente e dominante que seja, deve ser considerada como definitiva (Alemán, 2010).

Tramas do Poder e Amarrações Sociais do Brasil

O cenário brasileiro revela, em nível social e político, a repetição de sintomas que são estruturais à colonização das culturas, à escravidão, à desapropriação territorial e ao genocídio, processos que caracterizam a violenta e recalcada história que fundou o país (Souza, 2021). Por séculos encontramos em nosso território os nefastos efeitos da incidência dos marcadores sociais de raça e gênero, ambos resultantes de invenções discursivas datadas historicamente.

De acordo com Stavrakakis (2007), os discursos materializam-se em ideologias constituídas no nível simbólico e sustentadas por fantasias. Com isso, a invenção dessas discursividades de raça e gênero contribuem para o exercício da dominação, da extração de direitos fundamentais e de valor não reconhecido e não remunerado de determinados sujeitos (Segato, 2012).

Não raro, por exemplo, testemunhamos ações de racismo contra corpos negros que sofrem direta e indiretamente os ataques de uma ideologia baseada na crença de que existem diferentes raças humanas, das quais há uma que é superior às outras. E, ainda, ações sustentadas pelo patriarcalismo, ideologia que preza pela concentração do poder no homem através do constante exercício de controle e silenciamento dos corpos femininos e da expressão de outros gêneros (Butler, 2019).

Contribui para a perpetuação dessa herança racista e segregacionista no país a manutenção de um laço social fagocitado pela lógica individualista do mercado capitalista, norteadas por uma racionalidade instrumental que sustenta retóricas de inclusão (Severiano, & Benevides, 2011). De acordo com os autores, os discursos que sustentam essa lógica induzem a pensar que o individualismo capitalista é o único caminho político capaz de fazer valer os princípios de democracia e de liberdade dos sujeitos, artimanha

que encobre um processo histórico e contínuo de dominação já que se trata de uma inclusão que podemos nomear como “programada”.

Na esteira da crítica a essa racionalidade que é antissocial, mas não apolítica, também encontramos o realismo capitalista denunciado por Fischer (2020) como a única forma possível de se contar a realidade em nossa época, fato que demonstra o uso estéril da fala e sua alienação em gramáticas cristalizadas, à medida que “todo mundo parece estar falando a mesma língua” (Rodrigo Luiz Cunha Gonsalves, comunicação pessoal em abril de 2023).

Queremos expor com isso que há muito tempo uma economia colonial de saber, poder e gozo trama estruturas de poder que produzem amarrações sociais e políticas de tal modo que, por vezes, acredita-se que nada mais pode ser feito, que à sociedade brasileira resta resignar-se à linearidade das estruturas postas, isto é, aos discursos que determinam e cristalizam um lugar para os corpos negros, femininos e periféricos – se considerarmos também o marcador territorial.

Essas retóricas são discursos que na prática empobrecem o imaginário e a linguagem humana, produtoras, portanto, da intensificação de desigualdades, restrição do poder político às elites, aumento da disparidade no acesso à educação e outros direitos básicos que possibilitam uma vida com dignidade, livre da dependência estatal e de maior exposição à violência. Tal como nomeia a filósofa política Judith Butler (2015), trata-se de um projeto político de precariedade induzida sobre determinados corpos. Desse cenário, não podemos esperar nada para além da reprodução de discursos e ações políticas que recusam ativamente em reconhecer as diferentes e mais sofisticadas formas de presentificação das estruturas de violência, opressão e dominação em nosso tempo.

Embora essa seja uma das realidades instauradas no Brasil, atualmente, a partir da aliança entre sujeitos que, em coletividades, tomam posse da linguagem, observamos que a polifonia ganha as ruas do país e parece recuperar um devir político em nossas falas, dizeres que são atos e que têm tomado corpo na luta contra as repressões sistemáticas que governam o campo social brasileiro. Esses levantes dispõem de contranarrativas e mobilizam ações que têm se mostrado como alternativas para a produção de novos enlaçamentos, movimentos capazes de desobstruir caminhos que por muito tempo foram apresentados como inacessíveis.

Como mostra Patrícia do Prado Ferreira Lemos (2014), esses mesmos enodamentos entre gozo e poder vêm sendo reatualizados diante das transformações

discursivas e associativas, portanto, do laço social, que transparecem a partir das virtualização das relações, das redes sociais e das novas formas de militância, ação pública e reconhecimento. Isso indica, para a psicanálise, no Brasil, um segmento de pesquisa referente às transcrições estruturais nas modalidades virtuais de organização das redes de poder, discurso e política.

Efeitos Simbólico-Políticos: Um Caso Brasileiro

A linguagem-significante faz corpo, e no seu dizer-ato, faz nascer falas que mobilizam ações. Podemos considerar que esse processo inaugura uma intersecção entre as dimensões social e política. Queremos reafirmar com isso que a fala, enquanto dizer-ato, extrai consequências simbólico-políticas potentes que ensejam transformações sociais. Pensá-la de modo interseccional implica reconhecer que ela guarda uma função que é comum aos campos do social e da política, ou seja, que faz parte, atravessa e interfere a um só tempo estes dois campos.

A interseccionalidade à qual nos referimos é de ordem matemática. Quando, a partir de uma formalização, conseguimos manipular figuras de modo a aproximar conceitos e funções, nos é possível fundar um espaço novo que é formado pelo que há de comum nas duas dimensões que o compõem. Nessa lógica, que se baseia na teoria dos conjuntos, o aparecimento da interseção funda um terceiro espaço entre as dimensões social e política, sem que elas desapareçam e salvaguardando o que as diferencia.

Os efeitos que se decantam dessa operação lógica demonstram que não há união natural do campo social com o campo da política, especialmente porque a política se inscreve em um regime de ordem, que pode ou não ser de dominação, já o social, quando não engessado discursivamente, consiste no campo das resistências à ordem, estas que, como dito anteriormente, estão sempre em jogo nas realidades humanas. O que então se torna possível é a aproximação artificial dos campos para o surgimento de um lugar outro, de um espaço novo a ocupar.

Em outras palavras, trata-se de um espaço no qual podem surgir novos lugares de fala que não sejam estruturados por hierarquias históricas de poder, tal como acertadamente denunciou Djamila Ribeiro (2019). Nessa perspectiva, esse novo lugar, produto da interseção, põe em evidência a realização de uma articulação lógica entre o social e a política que não é sem efeitos, precisamente porque transformações sociais

não ocorrem sem transformações discursivas. O fio que tece a trama social é o fio da palavra falada, materializada como corpo e pelos corpos que a enunciam.

Quando um corpo coletivo estrutura uma fala organizada, vai às ruas, ocupa lugares e se manifesta publicamente, ele também funda um lugar para si de visibilidade no social (Butler, 2019). Quando uma coletividade aparece ela não se faz apenas notar, ela faz tremer lugares de fala historicamente organizados desde uma hierarquia que estabelece uma escala de valor entre os humanos (Ribeiro, 2019).

Nesse sentido, consideramos que a coletividade é uma modalidade de testemunho da experiência política da fala, uma experiência que elabora ideias e enseja ações que estremecem as bases da ordem discursiva dominante, mobilizam redes de apoio, potencializam engajamento social e decolonizam a língua para tratar as reproduções sistemáticas de que padece a sociedade de um país. Se considerarmos que a partir da linguística, a língua é “o conjunto das convenções envolvidas na comunicação, sejam elas regras, elementos fonéticos ou valores” (Sales, 2014, p. 51), quando nos referimos à decolonização da língua pretendemos sinalizar sobre a força dos efeitos do dizer-ato que fura esse conjunto de convenções cristalizadas nos sentidos.

Em termos lacanianos, é sendo “praticantes da função simbólica” que podemos nos situar “[...] no cerne do movimento que instaura uma nova ordem” (Lacan, 1953/1998, p. 285), sem a pretensão de torná-la absoluta. Ser praticante da função simbólica é trabalhar no sentido de “[...] parir a fala para romper o discurso” (Lacan, 1953/1998, p. 317), considerando a fala como um “dom de linguagem”, habilidosa que é em suas realizações.

A título de exemplo, a brasileira Lélia Gonzalez, intelectual com formação em história, filosofia, antropologia e psicanálise, marcou a história do Brasil e do Movimento Negro no país com seus escritos, falas, presença e mobilização política. A intelectual foi porta-voz dos efeitos nefastos do racismo, do colonialismo e do imperialismo na formação e organização da sociedade brasileira, denunciando a precariedade de nossa democracia e o caráter formal e retórico de nossa Constituição Federal ante a afirmação de que todos são iguais perante a lei. A fim de denunciar a denegação do racismo no Brasil por meio de um véu ideológico do branqueamento, e de dar testemunho das influências da língua e da cultura africana na história do país, Gonzalez (1988) introduziu no vocabulário brasileiro a categoria amefricanidade.

Com a categoria amefricanidade, Gonzalez (1988) instaura descontinuidades e produz torções no discurso hegemônico. Dizer-ato que mobiliza coletividades e que dá corpo à história de origem do Brasil que não pode ser silenciada. Essa invenção não é sem consequência simbólico-política. Lélia Gonzalez não só abre caminhos para a mobilização de novos discursos, pois a partir dessa nomeação a autora engendra reconhecimento e pertencimento para sujeitos que sistematicamente são excluídos do país que construíram. Nesse sentido, trata-se de testemunhar que uma nomeação não mobiliza apenas a gramática e os discursos, nomear, enquanto dizer-ato, também mobiliza outras formas de ser e estar, de ocupar a vida e o Brasil:

O termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *Amefricanidade* que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. (Gonzalez, 1988, p. 77, itálico da autora).

As implicações políticas e sociais desta intelectual para um Brasil livre das estruturas de violência e opressão não param por aí. Em *Por um feminismo afro-latino-americano*, Gonzalez (2020) demonstra como o sistema capitalista patriarcal-racista transforma diferenças em desigualdades, e assume um caráter triplo de discriminação e segregação no qual as mulheres ameríndias e amefricanas são as mais impactadas. E, embora encontremos na literatura a nomeação dessas mulheres como subalternizadas, a autora faz questão de pôr em evidência a potência política que coletivamente essas mulheres mobilizam para a sobrevivência familiar, a educação dos filhos e o cuidado de umas com as outras (Gonzalez, 2020). De novo, outros enunciados, outras formas de ser e estar, de ocupar a vida e o Brasil.

Sem deixar de reconhecer dizeres-atos de outros autores e autoras, mas enfatizando a ousadia dessa intelectual brasileira ao criar outras gramáticas para a decolonização da língua, fica evidente que a fala e o discurso de Lélia Gonzalez resultam em um “saber fazer com”, ou, ainda, um saber desfazer modalidades sistemáticas de saber, poder e gozo que governam a história e a sociedade brasileira.

O legado de Lélia Gonzalez alçou o feminismo afro-latino-americano enquanto categoria política que leva a questão racial, de classe social e de gênero onde quer que este discurso seja enunciado, e é precisamente por isso que consideramos essa mulher como um exemplo de potência que demonstra a discussão que aqui propomos sobre a importância da interseção da fala enquanto articulação lógica das dimensões social e

política. Aqui remetemos às discussões de Lélia Gonzalez sobre os mecanismos discursivos de denegação do racismo e das possibilidades epistemológicas dos saberes de povos oprimidos/dominados: com efeito, teorias como as de miscigenação, da assimilação e mitos como o da *democracia racial* constituem simulacros de intersecção, prometendo promover as diferenças quando, na verdade, o poder discursivo e o aparato jurídico-legislativo envolvido costuma ser o da retirada da legitimidade dos modos de ser e existir, de sofrer e se expressar, de descrever e nomear, dos grupos dominados, tornando-os subalternos e pouco dignos de uma dita verdadeira humanidade (Jardim, Rosa, & Binkowski, 2023).

Considerações Finais

Este trabalho teve como principal objetivo extrair o que se decanta do relatório laciano *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953) a partir do que nomeamos como consequências simbólico-imaginário-políticas da articulação lógica entre as dimensões social e política. No percurso da escrita somamos às referências psicanalíticas a referência ao Brasil e à Lélia Gonzalez com a categoria amefricanidade, que nos serviu de exemplo e de materialização do objetivo aqui proposto.

Em vista do conteúdo exposto, fica aberta para nós a questão de como a psicanálise no Brasil, por meio dos psicanalistas do Brasil, escolhem se engajar ou renunciar ao jogo social e político das nomeações. Nesse sentido, finalizamos com as perguntas que aparecem com a escrita deste trabalho, e também as compartilhamos, de modo a provocar os leitores a seguirem produzindo sobre esse tema: Quais gramáticas os conceitos psicanalíticos ensejam? Quais categorias psicanalíticas possibilitam uma articulação lógica entre o social e a política? E, ainda, de que modo o campo social pode se servir dessas categorias?

Por fim, lembramos que não devemos deixar que o discurso psicanalítico no Brasil seja capturado pelas ciladas coloniais que estão sempre à espreita no laço social. Só assim, pensamos, será possível conceitualizar e formalizar, ao menos a partir da Psicanálise, as clínicas que os diferentes territórios do Brasil exigem, bem como responder às interpelações que os sujeitos desses territórios nos dirigem: “Quem tá na rua sabe [...], a gente é, apesar de vocês! O que eu quero saber é: a que serve para a periferia a presença da psicanálise lá?” (Perifanálise, comunicação coletiva em novembro de 2023).

Referências

- Acosta, J. G. (2017). *Polis y psique – Ensayos sobre teoría política y psicoanálisis*. Ediciones Cátedra Libre.
- Agamben, G. (2018). *Experimentum linguae – A experiência da língua*. (C. Oliveira, Trad.). Circuito.
- Alemán, J. (2010). *Para una izquierda lacaniana*. Grama Ediciones.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. (F. S. Miguens., Trad., 2ª ed.) Civilização Brasileira.
- Cunha, E. L. (2021). *O que aprender com as transidentidades: Psicanálise, gênero e política*. Criação Humana.
- Deleuze, G. (1979). Quatro proposições a respeito da psicanálise (P. V. Vidal, Trad.). In C. S. Katz (Ed.). *Psicanálise, poder e desejo*. Ibrapsi.
- Fischer, M. (2020). *Realismo capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* (R. Gonsalves, J. Adeodato & M. Silveira, Trad.). Autonomia Literária.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Obras completas (P. C. Souza, Trad., v. 18). Cia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93(jan./jun.), 69-82.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In Rios, F., & Lima, M. (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos* (pp. 127-138). Jorge Zahar.
- Jardim, R.; Rosa, M. D., & Binkowski, G. I. (2023). Racismo epistêmico e secularização religiosa na psicanálise: entraves éticos para a formação de psicanalistas brasileiros. *Humanidades & inovação*, 10(4), 66-80.
- Lacan, J. (1968/2008). Mercado do saber, greve da verdade. In Lacan, J. *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1973/2003). Televisão. In *Outros escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). Aristóteles e Freud: A outra satisfação. In Lacan, J. *O Seminário, livro 20: Mais, ainda (1972-1973)*. (M. D. Magno, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1973).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. (A. Roitman, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lemos, P. P. F. (2021). *O sujeito e o gozo escópico na sociedade contemporânea conectada*. [Tese Doutorado, não publicada]. Universidade de São Paulo.

Orwell, G. (2021). *Por que escrevo e outros ensaios*. (C. Marcondes, Trad.). Penguin-Companhia das Letras.

Rinaldi, D. (2005). Clínica e política: A direção do tratamento psicanalítico no campo da saúde mental. In S. Altoé, & M. M. de Lima (Orgs.). *Psicanálise, Clínica e Instituição* (pp. 87-106). Rios Ambiciosos.

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen, Kindle Edition.

Rozitchner, L. (1989). *Freud e o problema do poder*. (M. M. Okamoto & L. G. Braga Filho, Trad.). Escuta.

Sales, L. S. (2004). Linguagem no discurso de Roma: Programa de leitura da psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 49-58.

Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos*, 18, 106-131.

Segato, R. L. (2016). Contra-pedagogías de la crueldade. *Facultad Libre* [áudio podcast]. <https://open.spotify.com/episode/2TB6tyzcpoTW5w3l1nhXQo>

Severiano, M. F. V., & Benevides, P. S. (2011). A lógica do mercado e as retóricas de inclusão: Articulações entre a crítica frankfurtiana e a pós-estruturalista sobre as novas formas de dominação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(1), 56-102.

Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.

Stavrakakis, Y. (2007). *Lacan y lo político*. Prometeo.

Voltolini, R. (2019). A falta (in)comum. III Jornada do Nuppec: Como viver junto(s)? *Rede Multivídeos SEAD-UFRGS* [Canal YouTube]. <https://www.youtube.com/SEAD>